

U. PORTO



INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS ABEL SALAZAR
UNIVERSIDADE DO PORTO

Mestrado Integrado em Medicina
Dissertação

Violência escolar entre pares na adolescência – A realidade portuguesa

Artigo de revisão bibliográfica

Ana Sofia Saraiva Morgado

2015/ 2016



Mestrado Integrado em Medicina
Dissertação

Violência escolar entre pares na adolescência – A realidade portuguesa

Artigo de revisão bibliográfica

Ana Sofia Saraiva Morgado

Aluna do 6.º ano do Mestrado Integrado em Medicina do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto; N.º 201005986

Endereço eletrónico: mim10090@icbas.up.pt

Orientador:

Mestre Ricardo Dias

Assistente convidado do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto; Assistente de Medicina Legal do Instituto Nacional De Medicina Legal E Ciências Forenses, I.P.

2015/ 2016

*“O médico que só sabe de medicina,
nem medicina sabe.”*

José Letamendi

Agradecimentos

Ao Dr. Ricardo Dias, pelo apoio e orientação prestados no decorrer da elaboração desta tese.

À minha família e aos meus amigos, por estarem sempre do meu lado, ao longo desta feliz, mas árdua jornada.

Ao Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, por ter sido a minha segunda casa durante magníficos 6 anos de ensinamentos e crescimento profissional e pessoal.

Resumo

A violência escolar entre pares, também conhecida como *bullying* escolar, é um tema cada vez mais presente na nossa consciência e é hoje considerada um problema de saúde pública crescente em todo o mundo. Adicionalmente, os meios de comunicação social têm tido um papel ativo na divulgação destes casos, o que suscita uma crescente atenção da comunidade escolar, bem como da população geral e que nos faz questionar qual o papel do profissional de saúde nesta problemática.

Este tipo de violência engloba comportamentos agressivos, intencionais e sistemáticos, no contexto escolar, praticados entre alunos, que podem englobar atos físicos, verbais, psicológicos e sexuais.

Estes comportamentos têm implicações tanto para o agressor como para a vítima, influenciando o seu desempenho na escola e nas relações pessoais e podendo estes necessitar de múltiplos serviços, como saúde mental, justiça da infância e adolescência, educação especial e programas sociais.

Os principais objetivos desta revisão são perceber a extensão do problema em Portugal, caracterizar o tipo de violência e seus participantes mais comumente encontrados nas escolas portuguesas e averiguar a existência de mecanismos de deteção e atuação nos casos de violência escolar entre pares.

Compreender esta problemática, principalmente em Portugal, mostra-se pertinente, uma vez que é de todo o interesse dos futuros e atuais profissionais de saúde intervir sobre este fenómeno, de forma a melhorar a qualidade de vida dos adolescentes escolarizados.

Palavras-chave

Adolescente; Agressão; *Bullying*; Escola; Estudantes; Violência.

Abstract

School violence among peers, also known as school bullying, is an issue increasingly present in our consciousness and is now considered an issue of public health worldwide. In addition, the media have played an active role in raising awareness of these cases, which in turn, raises increasing attention of the school community and the general population, making us question the role of health professionals in this problem.

This type of violence includes aggressive, intentional and systematic behavior in the school context, practiced among students, which may include physical, verbal, psychological and sexual acts.

These behaviors have implications both for the offender and the victim, affecting their performance in school and in their personal relationships, possibly requiring the aid of multiple services, such as mental health, childhood and adolescence justice, special education and social programs.

The main objectives of this review are to understand the extension of this problem in Portugal, to characterize the type of violence and its participants more commonly found in Portuguese schools and to verify the existence of detection and action mechanisms in cases of school violence among peers.

Understanding this problem, especially in Portugal, is relevant, since it is in the best interest of current and future health professionals to address this phenomenon, in order to improve the quality of life of schooled adolescents.

Keywords

Adolescent; Aggression; Bullying; Schools; Students; Violence.

Índice

	Pág.
Índice de abreviaturas	1
I. Introdução	2
II. Violência Escolar entre pares	4
1. Prevalência	4
2. Características do comportamento violento.....	7
3. Características dos intervenientes	
3.1. Agressores	9
3.2. Vítimas.....	9
4. Consequências do comportamento violento	10
5. Identificação de casos	11
6. Estratégias Preventivas e Interventivas	13
III. Conclusão	20
Referências bibliográficas	22

Índice de abreviaturas

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

GNR – Guarda Nacional Republicana

HBSC – Health Behaviour of School-aged Children

INMLCF, I.P. – Instituto Nacional De Medicina Legal E Ciências Forenses, Instituto Público

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgéneros

OMS – Organização Mundial de Saúde

PJ – Polícia Judiciária

PSP – Polícia de Segurança Pública

TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária

I. Introdução

A agressividade é uma tendência inerente ao ser humano, caracterizada pela vontade de cometer atos violentos sobre o outro de forma a coagi-lo, provocar-lhe dano ou destruí-lo.¹

A violência é definida pela OMS como “o uso intencional de força física ou poder, real ou em forma de ameaça, contra si mesmo ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, mau desenvolvimento ou privação”. Segundo a mesma organização, todos os anos, mais de 1,3 milhões de pessoas perdem a vida como consequência de atos de violência, o que representa 2,5% da mortalidade global.²

Os atos violentos podem ser classificados em vários tipos. A **violência emocional e psicológica** compreende os comportamentos de desrespeitar, insultar, humilhar, destruir bens pessoais, ameaçar, perseguir, entre outros. A **violência física** consiste no uso da força física com o intuito de provocar dano físico na vítima, podendo abarcar formas mais ligeiras até formas de extrema severidade que resultam em lesões graves, incapacidade permanente ou culminar mesmo na morte da vítima. A **violência sexual** inclui todas as estratégias de imposição de atos sexuais não desejados, através de ameaças e coação ou força física. A **negligência** constitui também um ato violento, na medida em que pode ser causadora de dano pela omissão de cuidados e falha em proporcionar as necessidades básicas por quem se é responsável.³

Assim, percebe-se que esta temática é uma importante questão social, que pode acarretar grandes prejuízos a nível da saúde física e mental das vítimas, bem como graves implicações socioeconómicas para a sociedade.¹

Vários estudos têm demonstrado que a violência no contexto escolar constitui um problema de elevada prevalência, com consequências para os jovens a nível da aprendizagem, potenciando o abandono escolar e contribuindo também para perturbações nas relações interpessoais e diminuição da sensação de segurança e proteção nas escolas.⁴

Nesta perspetiva, é importante introduzir o tema da violência escolar entre pares, mais especificamente na adolescência, sendo que esta abrange um variado rol de comportamentos que vão desde agressão, *bullying*, intimidação, ameaça, ofensa à integridade, combate, roubo e vandalismo e que podem ocorrer entre as entre as diferentes díades, como aluno-aluno, aluno-professor, aluno-funcionário escolar.⁴

A presente revisão bibliográfica pretende apenas refletir sobre a violência escolar entre pares, durante a adolescência, que se tem mostrado cada vez mais presente na nossa consciência e é hoje considerada um problema de saúde pública crescente em todo o mundo.⁵⁻⁸

Estudos com jovens portugueses demonstram que uma percentagem significativa dos alunos das escolas nacionais está envolvida em comportamentos de bullying, tendo repercussões na saúde e bem-estar dos mesmos, com implicações na idade adulta. Dados recentes revelam que cerca de 34% dos adolescentes são vítimas de comportamentos agressivos por parte dos seus colegas, enquanto que cerca de 31% tomou partido nessas agressões.^{3,4,9-12}

As crianças e adolescentes, por se encontrarem num processo de crescimento e desenvolvimento, são mais vulneráveis às consequências da violência, sendo maiores as repercussões sobre a sua saúde física, emocional e mental.¹³

A escola desempenha um importante papel no crescimento e desenvolvimento dos indivíduos e deve ser um local seguro e prazeroso, onde as habilidades intelectuais e sociais são estimuladas, constituindo um espaço privilegiado de socialização e promoção de qualidade de vida.¹⁴

No entanto, contrapondo estes ideais, a escola tem-se mostrado um espaço onde decorrem inúmeros atos de violência e, por isso, fazer uma revisão sistemática desta problemática, principalmente em Portugal, mostra-se pertinente, uma vez que é de todo o interesse dos futuros e atuais profissionais de saúde intervir sobre este fenómeno, de forma a melhorar a qualidade de vida dos adolescentes escolarizados.

II. Violência Escolar entre pares

A violência escolar entre pares é muitas vezes referida na literatura como *bullying*. Na realidade, a palavra *bullying* não tem uma tradução fiel para a língua portuguesa, estando muitas vezes associada a agressividade e sendo os termos mais aproximados oprimir, amedrontar, maltratar, ameaçar ou intimidar.^{3,4,9,10} De ressaltar, no entanto, que o *bullying* não é uma forma de violência característica somente do ambiente escolar, uma vez que pode ocorrer noutros ambientes, como o trabalho (onde toma o nome de *mobbing*), prisões ou mesmo em casa.⁹ É também importante referir que este fenómeno deve ser entendido como anómalo e não confundido com agressividade normal das brincadeiras praticadas por crianças ou adolescentes.³

Olweus define *bullying* como um comportamento violento, intencional e repetido ao longo do tempo, em que se verifica desigualdade de poder entre os pares, ou seja, a vítima mostra-se incapaz de se defender perante o agressor.¹⁵ Este autor realizou vários estudos pioneiros sobre esta temática, sendo esta definição aceite por muitos outros autores e as várias conclusões dos seus estudos são consideradas válidas atualmente.¹⁶

Desta forma, e perante a definição acima descrita, nesta revisão bibliográfica, o termo *bullying*, dentro do âmbito escolar, será aceite como equivalente do termo violência escolar entre pares.

1. Prevalência

Vários estudos demonstraram que a violência entre pares é uma problemática comum e bem estabelecida no meio escolar.³ Investigações sobre a temática nos diversos países revelam que os comportamentos de *bullying* são comuns e que pelo menos 15% dos estudantes estão envolvidos nestes comportamentos.^{10,17}

Apesar dos resultados dos vários estudos demonstrarem que este é um fenómeno comum, também é possível observar a variabilidade destes comportamentos entre os vários países, isto porque os comportamentos violentos estão associados as características demográficas, sociais e culturais, que diferem de região para região.⁷

A nível internacional, um estudo, que conta com 29 países, baseado em dados de 1997-1998, constatou que a percentagem de vítimas varia entre 6%, como acontece na Suécia e 40%, como no caso da Lituânia. Já a percentagem de agressores varia entre 3% e 34%, como ocorre na Inglaterra e Lituânia, respetivamente.¹⁸

No caso dos Estados Unidos da América, por exemplo, uma investigação conduzida em 2001, em estudantes do 6º ao 9º ano de escolaridade, evidencia que 13% perpetuam

comportamentos de bullying, 10,6% são vítimas destes comportamentos e 6,3% estão envolvidos como vítimas e agressores.¹⁹

Adicionalmente, uma investigação que compila dados de 2005-2006, de 40 países, relativamente a alunos dos 11 aos 15 anos, revela que 10,7% são identificados como agressores, 12,6% como vítimas e 3,6% apresentam duplo envolvimento, no entanto também são verificadas grandes variações percentuais entre os diversos países.²⁰

Dentro do cenário português, uma investigação em escola no norte do país, em 1994, verificou que 21% dos jovens entre os 7 e os 12 anos nunca foram agredidos, 73% agredidos “às vezes” e 5% “muitas vezes”.¹⁰

Por sua vez, uma outra investigação semelhante com estudantes de Braga, em 1999, revelou que 20% dos alunos eram responsáveis por comportamentos violentos contra colegas e 15% eram alvos dessas atitudes.⁹

Já em 2001, foram apresentados resultados de um estudo em escolas nacionais, com alunos do 6º, 8º e 10º ano de escolaridade, em que se verificou que 13,6% dos alunos eram vitimizados por outros colegas, 6,3% eram agressores e 5,8% atuavam tanto como vítimas, como agressores.¹¹

Em 2002, um estudo levado a cabo em escolas de Braga e Guimarães, constatou que 21,6% dos alunos estavam envolvidos em comportamentos de bullying como vítimas e 15,4% como agressores.⁹

Em 2007, foi também conduzida uma investigação a nível nacional, em jovens com idades compreendidas entre os 10 e 17 anos, que concluiu que cerca de 1/5 dos adolescentes é vitimizado na escola, 1/5 assume-se como agressor e 1/4 apresenta duplo envolvimento.²¹

Tanto a nível internacional, como nacional, o estudo *Health Behaviour of School-aged Children* (HBSC) merece algum destaque. Este projeto iniciou-se em 1982, incluindo apenas investigadores da Finlândia, Noruega e Inglaterra. Atualmente, conta com 44 países da Europa e América do Norte, entre os quais Portugal, integrado desde 1996, sendo que o primeiro estudo nacional foi realizado em 1998.

Trata-se de um estudo colaborativo com a OMS, realizado de 4 em 4 anos, cujos principais objetivos são a compreensão dos comportamentos de saúde dos adolescentes, os seus estilos de vida e contextos sociais.

Como envolve vários países e se pretende que haja partilha de informação, conhecimento e experiências entre os vários investigadores, todos os países membros do HBSC respeitam um protocolo de pesquisa internacional.

Os dados recolhidos pelas várias investigações derivam de um questionário desenvolvido em cooperação entre os vários membros e é composto por um conjunto de questões que engloba os dados demográficos dos participantes, como a idade, género e estatuto socioeconómico, bem como questões relacionadas com perspetivas futuras dos jovens, antecedentes de consumo de álcool, tabaco e drogas, prática de exercício físico, atividades nos tempos livres e utilização de novas tecnologias, hábitos alimentares e de higiene, bem-estar e apoio familiar, violência, ambiente escolar, imagem pessoal, presença de sintomatologia psicológica e somática e comportamentos sexuais.

Deste modo, esta iniciativa permite uma melhor compreensão dos comportamentos dos adolescentes, questões relacionadas com a sua saúde e bem-estar, onde se inclui a problemática da violência e também do *bullying*. Permite ainda, perceber as tendências destes fatores ao longo do tempo, ou seja, a forma como evoluem, bem como a comparação entre os diversos países, o que pode acrescentar informação quanto à influência de fatores culturais, económico e sociais nos comportamentos dos jovens.^{12,22,23}

Quando aplicado a alunos portugueses, os resultados do relatório de 2014 revelaram que cerca de 34% dos adolescentes foram provocados uma ou mais vezes por semana, nos últimos dois meses, enquanto que cerca de 31% tomou partido nessas provocações.¹²

Deste modo, pode-se concluir que em Portugal, existem taxas elevadas de comportamentos de *bullying*, nas escolas.^{10,24,25}

Ainda assim, um estudo que comparou as tendências para a vitimização nos casos de *bullying* entre 2001 e 2010 em vários países, apesar de revelar que a vitimização é ainda um fenómeno comum, em que uma em cada oito crianças sofre dano de forma crónica devido a comportamentos violentos levados a cabo por colegas, também constatou que em alguns destes países a vitimização parece estar a diminuir.⁸

A perpetuação deste tipo de comportamentos leva ao isolamento das vítimas, que passam a viver em constante ambiente de medo, ocultando muitas vezes a situação.¹

Para além disto, não há consenso entre as várias comunidades escolares sobre o que são considerados comportamentos violentos. Por exemplo, um estudo feito numa escola francesa revela que os insultos e determinado tipo de contacto físico entre alunos são considerados violentos por cerca de 60% dos professores, mas apenas por 9% dos alunos.²⁶ Assim, considera-se que a incidência e prevalência deste fenómeno estejam subestimadas, sendo praticamente impossível determiná-la, tal como a morbilidade e mortalidade associadas.¹

2. Características do comportamento violento

A violência escolar entre pares é então caracterizada pela intencionalidade do ato, ou seja, é objetivo do agressor provocar dano ou mal-estar sobre a vítima e controlá-la; é um comportamento repetido ao longo do tempo, de forma persistente e regular, logo são excluídos desta definição os atos violentos que ocorrem ocasional ou isoladamente; implica assimetria de poder entre a vítima e o agressor, sendo que esta desigualdade pode ser verificada a nível físico, em que a vítima é fisicamente menor que o seu agressor, mas também no caso de a vítima se entender como mais fraca ou inferior ao seu agressor.^{3,9,10,15}

O *bullying* pode ser praticado de forma direta, onde estão incluídos os ataques diretamente dirigidos à vítima, seja no âmbito da violência física ou verbal; ou na forma indireta, que inclui comportamentos de base psicológica, como isolamento, indiferença e difamação.^{9,15} Nesta última vertente, destaca-se ainda uma recente variante de intimidação entre pares, o *cyberbullying*, onde através do uso de telemóvel e recursos da Internet, são enviadas mensagens, criados *websites*, entre outros, de carácter difamatório e hostil, com o intuito de proporcionar dano a outros.⁴

Para que este tipo de comportamento violento ocorra é necessária a existência de um agressor ou um grupo de agressores/provocadores e uma vítima ou grupo de vítimas.^{3,9,10,25}

O **agressor** define-se como o indivíduo que inicia e leva a cabo agressão, provocando intencionalmente dano a terceiros, o que lhe traz satisfação e sensação de recompensa. Dentro deste grupo, podem classificar-se ainda os **seguidores**, que tomam parte ativa na agressão, mas não iniciam o processo; os **apoiantes**, que são agressores passivos, pois não participam na agressão, mas apoiam-na; e os **apoiantes passivos**, que apoiam de forma não declarada o ato dos agressores.^{9,10,26}

A **vítima** define-se como o indivíduo que é agredido e sofre o dano. É considerada **vítima passiva** quando não reage à agressão por ter débeis mecanismos de auto-defesa ou por fraca rede de suporte de amigos. Tornam-se alvos fáceis por apresentarem reações emocionais muito negativas em resposta aos atos agressivos, reforçando estas atitudes e aumentando a probabilidade de ocorrências futuras; Por sua vez, a **vítima provocativa** é aquela que tenta retaliar um ataque por possuir fracas competências de controlo dos impulsos, sem no entanto ter capacidades para se defender.^{9,10,25,26}

São ainda referidos os **defensores potenciais**, que não apoiam a ideia de *bullying*, mas não ajudam a vítima; e os **defensores da vítima** que também não apoiam este tipo de comportamentos, mas ajudam a vítima.

Para além destes elementos existem ainda os **espectadores**, que assistem a este tipo de atitudes sem tomar qualquer partido.^{9,25}

Os comportamentos violentos mais frequentes são as agressões verbais, seguidas das agressões físicas, no entanto estas últimas ocorrem em menor escala, como indica um estudo realizado com adolescentes entre os 12 e os 16 anos, em que se verificou que a maioria das agressões era do âmbito verbal, com os insultos a representar 52% e a humilhação 39% e as agressões físicas a representar 9% das agressões.^{3,5,27} Seja na vitimização ou na provocação, os comportamentos mais frequentes são os atos de chamar nomes, levantar boatos e piadas sexuais, bem como excluir e deixar de fora de atividades propositadamente.^{24,25}

Esta prática afeta ambos os géneros, no entanto o sexo masculino está mais envolvido, seja como agressor ou como vítima e, portanto, ser do sexo masculino é considerado fator de risco para o envolvimento neste tipo de comportamento.^{3,7,10,18,25,27,28} Isto não é sinónimo de que os rapazes sejam mais agressivos do que as raparigas, mas reflete padrões culturais onde é esperado que estes se encontrem mais envolvidos em questões de poder e agressão.⁷

Os rapazes tendem a usar mais frequentemente a violência física e verbal como formas de agressão e, por sua vez, são com maior frequência vítimas de ameaças e de agressões físicas, já as raparigas tendem a utilizar a manipulação social e agressão verbal como formas de violência^{3,5,24,28}, sendo também estas as vítimas mais comuns dos atos de rejeição ou de humilhação.^{3,27,29}

Foi também reconhecido que este fenómeno diminui com o avançar da idade, sendo que os estudantes mais novos são mais frequentemente vítimas e a frequência de serem ameaçados diminuiu com o avanço dos anos de escolaridade^{10,25}, ou seja, os estudantes mais novos e os que frequentam anos de escolaridade mais baixos estão significativamente mais envolvidos em comportamentos de vitimização e em comportamentos de duplo envolvimento, ou seja que estão envolvidos tanto como agressores, como vítimas.²⁸

Constatou-se que o envolvimento em comportamentos de *bullying* tem um pico aos 13 anos, no caso dos agressores e aos 11 anos, no caso das vítimas.

Ainda assim, formas de abuso emocional parecem aumentar com a idade, pois os adolescentes mais velhos são mais capazes de entender este tipo de violência e portanto pô-la em prática ou reportá-la.⁷

Estudos revelam que pertencer a estatutos sociais médios é considerado fator protetor para comportamentos de violência escolar entre pares, ao contrário do que se verifica nos grupos de baixo e alto estatuto social, em que os indivíduos foram sujeitos a experiências de humilhação.²⁹

Os jovens de grupos minoritários, como minorias étnicas e imigrantes, a comunidade LGBT e portadores de deficiências, são especialmente vulneráveis.^{4,5} No entanto, a violência escolar entre pares associada a estes grupos está pouco estudada em Portugal, uma vez que a violência escolar é facilmente confundível ou mesmo sobreponível a atos de racismo ou discriminação.⁴

O recreio parece ser o local mais propenso para ocorrer este tipo de comportamentos violentos, no entanto, estes também são passíveis de acontecer nos corredores, salas de aula, casas-de-banho, refeitório ou mesmo no percurso para a escola.^{3,5}

3. Características dos intervenientes

Agressores:

Os agressores demonstram atitudes positivas face à violência, sem qualquer empatia pelas vítimas nem sentimento de culpa pelos seus atos e são o grupo onde verificam índices mais elevados de violência fora do âmbito escolar. São jovens impulsivos que demonstram grande necessidade de coagir e dominar o outro. São geralmente mais fortes e de idades superiores às vítimas. Têm grande probabilidade de manifestar sintomatologia depressiva e de se envolverem em comportamentos delinquentes e violentos, para além de ser habitual o envolvimento destes indivíduos em comportamentos de risco para a saúde, como fumar, beber álcool em excesso e usar drogas. Ainda assim, mantêm práticas regulares de exercício físico e possuem autoestima mais elevada. A sua relação com os pares é melhor do que o que se verifica no grupo das vítimas, no entanto alguns autores, referem que neste grupo é evidente a dificuldade em travar amizades. Apresentam uma atitude desfavorável em relação à escola quando comparados com as vítimas e menores expectativas para o futuro.

Os provocadores tendem a pertencer a famílias mais problemáticas onde escasseia afeto e existe uma maior distância emocional entre os membros. Os pais têm por hábito criticar negativamente os filhos e a agressão é vista como um comportamento aceitável, ao qual recorrem com alguma frequência na gestão dos conflitos, usam disciplina de forma inconsistente e prestam pouca atenção aos filhos.^{3,9,10,18,25}

Vítimas:

Por sua vez, as vítimas passivas são o grupo que apresenta mais sintomas de depressão e maiores sintomas físicos e psicológicos, como cefaleias ou dores abdominais, sendo o consumo de álcool, tabaco e substâncias ilícitas menos observado. Neste grupo é evidente a dificuldade em fazer amigos, uma vez que sofrem de rejeição pelos pares e para além disso, consideram a

escola um local desagradável. As vítimas tendem a pertencer a famílias com métodos de educação de restrição e proteção excessiva, ainda que alguns autores afirmem que o ambiente em casa e o tipo de família não é significativo para que o jovem seja vitimizado na escola. Na generalidade são mais novos e mais fracos do que os agressores.^{9,10,18,25}

As vítimas provocativas apresentam índices de violência fora do âmbito escolar maiores do que os outros grupos. É o grupo onde é mais comum a presença de sintomatologia depressiva e queixas físicas e psicológicas, sendo também notório o consumo de álcool, tabaco e drogas. Apresentam má relação com os colegas, podendo observar-se também rejeição pelos pares e mostram desagrado em relação à escola. Foi ainda demonstrado que as vítimas provocativas se incluem habitualmente em níveis socioeconómicos mais baixos e são o grupo de alunos mais novos e com menos escolaridade. Este tipo de vítimas evidencia desregulamento emocional que pode resultar da exposição à violência e abusos em casa ou a pais punitivos que utilizam estratégias agressivas na resolução de conflitos. Assim, pode afirmar-se que este grupo com envolvimento duplo é aquele onde se verifica mais fatores de risco, isto porque se envolvem mais em comportamentos de violência fora da escola e revelam mais queixas depressivas e de sintomas físicos e psicológicos.^{10,18}

Muitas vezes, os jovens com défices cognitivos, dificuldades de aprendizagem ou com deficiências físicas são percecionados como alvos fáceis pelos agressores, sendo que as suas aptidões sociais não lhes permitem a avaliação adequada das situações, ficando vulneráveis a serem ridicularizados pelos outros ou manipulados para terem comportamentos que os humilhem numa esperança de serem aceites pelo seu grupo de pares.⁴

4. Consequências do comportamento violento

Nos casos de vitimização, as consequências dos comportamentos violentos e abusivos podem traduzir-se, a curto-prazo, em lesões da superfície corporal, como equimoses, escoriações, hematomas ou queimaduras. Nos casos mais graves, podem surgir fraturas ósseas, sendo mais frequentes nas costelas, lesões da boca e face, lesões neurológicas e oftálmicas, em virtude de traumatismo craniano, ou lesões de órgãos torácicos e/ou abdominais.¹

A médio-prazo, podem-se verificar graves consequências orgânicas e de desenvolvimento psicomotor e psicossocial, associados a défice de atenção que motiva, entre outros, baixo rendimento escolar ou até mesmo absentismo, baixa autoestima, podendo mesmo manifestar-se como depressão reativa aos eventos traumáticos, sensações de ansiedade, medo, angústia e raiva, dificuldade de relacionamento interpessoal, isolamento, agressividade, irritabilidade extrema,

sentimentos de frustração, comportamentos impulsivos que demonstram muitas vezes dificuldade na percepção e aceitação das normas sociais e morais, sentimento de culpabilidade, baixa iniciativa e motivação, comportamentos desviantes e abuso de álcool e drogas.^{1,3,18}

A longo-prazo, tendem a tornar-se indivíduos inseguros, com baixa-auto-estima e com maior tendência para desenvolver quadros depressivos, podendo culminar em suicídio ou transformar-se elas próprias em pessoas violentas.^{3,9}

Também os agressores sofrem as repercussões de levarem a cabo comportamentos violentos contra terceiros, apresentando maiores taxas de alcoolismo, consumo de drogas e comportamentos violentos e delinquentes posteriormente.^{4,9}

5. Identificação de casos

O conhecimento do número real de casos é bastante complicado de se obter e pode ser dividido em quatro níveis de identificação.

Num primeiro nível de identificação de casos, encontram-se as estatísticas oficiais fornecidas pela entidade principal que visa promover a segurança nas escolas, o Programa Escola Segura. Os dados recolhidos são baseados em queixas efetuadas na polícia ou nos relatórios dos efetivos do programa. A este nível é claramente perceptível que o fenómeno se encontra subavaliado e, por este motivo, os dados obtidos não deveriam ser utilizados para medir a verdadeira extensão do problema, mas, na prática, são os que vêm a ser utilizados na orientação de políticas relacionadas.

No segundo nível, encontram-se os casos que são conhecidos pelos profissionais das escolas, dos serviços de saúde ou dos serviços sociais, onde se verifica um maior número de situações quando comparados com as estatísticas oficiais.

O terceiro nível corresponde ao número de situações de violência escolar pelos pares conhecidas pelos membros da comunidade onde os jovens estão inseridos, sendo que o número de casos ultrapassa largamente os conhecidos pelos profissionais de educação e/ou saúde, bem como os das estatísticas oficiais.

O quarto e último nível corresponde às situações que permanecem por identificar e que são conhecidos apenas pelos intervenientes do comportamento violento.⁴

Como é facilmente percebido, a identificação dos casos de violência escolar entre pares é bastante difícil e muito se deve à falta de comunicação dos seus intervenientes.^{4,9}

Qualquer pessoa está apta a identificar casos de abuso e estes devem ser reportados a autoridades competentes para se requerer uma intervenção por profissionais especializados, como será desenvolvido adiante.¹

Apesar da grande dificuldade em identificar estes casos, é possível captar alguns sinais que as vítimas vão demonstrando, facilitando a identificação de casos de violência, como por exemplo, a presença de algumas lesões ou sintomatologia dolorosa. Os indicadores físicos são mais objetivos do que os restantes e vão depender grandemente do mecanismo do abuso infligido, como por exemplo o aparecimento de pequenas manchas avermelhadas, punctiformes e linearmente dispostas no pescoço, acompanhadas ou não de marcas de unhas ou de pressão dos dedos, indicativas de esganadura. No caso de violência física, é ainda importante estar atento à forma como estas lesões se apresentam, uma vez que, traumatismos que foram produzidos em momentos diferentes afastados no tempo demonstram que o comportamento violento é repetitivo, ou aparecimento de lesões múltiplas em áreas distintas e em locais anatómicos pouco frequentes, como são a face interna dos braços ou coxas, região da nuca, atrás das orelhas, boca, genitais ou nádegas, sugerem mecanismos intencionais aliado à falta de explicação adequada para o mecanismo daquelas lesões por parte da vítima.¹ Também se podem verificar alterações funcionais relacionadas com a situação de stress vivida, como alteração do apetite, do sono (insónia, pesadelos, terrores noturnos), défice do controlo de esfíncteres, tonturas, astenia, adinamia, palpitações, perturbações menstruais ou mesmo dores inespecíficas, inexplicáveis e recorrentes. Também as perturbações cognitivas, como perturbações da memória, da concentração e da atenção, as perturbações afetivas, como ansiedade, angústia, tristeza, raiva, vergonha, culpa e medos concretos ou indeterminados, choro incontrolado, baixa autoestima, disfunções sexuais e fraca capacidade de lidar com situações de conflito e as perturbações do comportamento como o desinteresse pelo próprio, dificuldades nas relações interpessoais e na aceitação das normas sociais e morais, bem como comportamentos desviantes de delinquência, abuso de tóxicos ou prostituição, podem constituir pistas para a identificação de casos de violência.¹

Alguns comportamentos, como recusa em ir para a escola, utilização de caminhos alternativos, diminuição do rendimento escolar e da socialização com colegas, ficando isolados, pedidos injustificados de dinheiro, devem ser considerados suspeitos.^{9,25}

6. Estratégias Preventivas e Interventivas

A violência no meio escolar entre pares é um fenômeno bastante complexo e no qual intervêm fatores individuais, familiares, escolares, a relação com os pares e os ideais da comunidade onde o indivíduo está inserido.¹⁷

Como é possível perceber pelo acima explanado, o envolvimento neste tipo de comportamentos está intimamente ligado à saúde mental e atitudes dos jovens, sendo que estes podem vir a necessitar da intervenção de múltiplos serviços, como saúde mental, justiça da infância e adolescência, educação especial e programas sociais.⁶

Assim, é clara a importância e relevância da aplicação de estratégias preventivas do comportamento violento entre os estudantes nas escolas.¹⁷

De uma forma geral, as intervenções preventivas podem ser classificadas em prevenção universal, dirigida à população em geral ou a um grupo sem que este seja considerado de risco; prevenção seletiva, para indivíduos de risco; e prevenção indicada, destinada a grupos de alto risco, onde foram identificados indicadores precoces de determinado distúrbio.

No caso da violência escolar entre pares a primeira estratégia seria direcionada a toda a comunidade educativa, incluindo os encarregados de educação; a segunda direcionada a subgrupos de estudantes que partilhem fatores de risco para se envolverem em comportamentos violentos; e a terceira seria dirigida a estudantes específicos que tenham já demonstrado sinais de envolvimento em comportamentos agressivos.¹⁷

Por conseguinte, para se traçarem planos preventivos é necessário ter conhecimento e saber identificar os fatores de risco e de proteção para este tipo de violência, de forma a diminuir os primeiros e potenciar ou promover os últimos. Ou seja, é imperativo perceber as causas de certos comportamentos e atitudes para neles intervir, prevenindo os fenômenos de violência.^{3,17}

Os fatores de risco surgem da interação entre um conjunto de processos que tende a aumentar a probabilidade de determinado indivíduo levar a cabo comportamentos violentos.

Fatores de risco sociais:

A nível da comunidade, contribuem para aumentar esta probabilidade a acessibilidade dos jovens a tabaco, álcool, drogas e armas, bem como estar inserido num meio de pobreza ou rodeado por pessoas que toleram e agem com atitudes violentas, levando os jovens a nutrir agressividade face à sociedade que gerou estes défices e enfraquecendo o desenvolvimento das suas competências sociais.

Fatores de risco escolares:

A nível escolar, a pouca satisfação para com a escola, o insucesso escolar, o ambiente inseguro ou a falta de vigilância adulta, nomeadamente nos recreios, onde o *bullying* mais frequentemente ocorre, pode potenciar estes comportamentos.

Fatores de risco familiares:

É sobretudo no seio familiar que os jovens adquirem os modelos de conduta que exteriorizam, assim, a fraca supervisão parental, falta de afeto ou utilização de violência na resolução de conflitos cria aceitação destas atitudes pelos mais jovens, que tendem a reproduzi-las.

De ressaltar que a família é o núcleo primordial da educação, no entanto, muitas vezes, delega a sua função educativa na escola.

Fatores de risco individuais:

A nível individual, os grupos onde o jovem está ou pretende estar inserido têm grande importância nos processos de socialização e de aprendizagem, influenciando certos comportamentos que podem resultar de processos de imitação. A dificuldade em fazer amizades ou a exposição a agressividade levada a cabo por colegas é fator de risco, tal como a tendência do próprio para a impulsividade, ansiedade, sentimentos depressivos, fracos mecanismos de auto-controlo, insucesso escolar ou abuso de substâncias.^{3,17}

Desta forma, o foco da prevenção e intervenção deve centrar-se na escola, na turma, no indivíduo e na família.^{17,25}

Para que as políticas de prevenção resultem devem assentar em três bases fundamentais: a identificação e reconhecimento de casos; a criação de um ambiente onde esta problemática possa ser discutida; e o envolvimento dos pais ou encarregados de educação, professores e alunos na criação destas políticas.^{17,25}

Como anteriormente referido, a escola deve ser um local de aprendizagem e bem-estar, que deve cultivar nos seus alunos ideais de não violência, de cidadania e de educação para a igualdade, constituindo o pilar essencial para a promoção da saúde e prevenção da violência.^{3,4} A educação e promoção de atitudes e valores que permitam aos alunos tornarem-se cidadãos conscientes e solidários deve ser inculcada desde muito cedo e integrada nos planos curriculares,

por exemplo, abordando o tema nas disciplinas de Formação Cívica (disciplina que contribui para desenvolver competências e aprendizagens no domínio da educação para a cidadania, para a saúde e sexualidade), Área de Projeto (disciplina atualmente eliminada do programa curricular, na qual se pretendia integrar conhecimentos através da criação de situações dinâmicas, onde seriam os próprios alunos a levantar questões sobre temáticas do seu interesse e refletir sobre as mesmas) e até mesmo em Educação Física e, para além disto, a sensibilização e consciencialização da comunidade educativa para estes problemas permite a sua participação na elaboração de medidas interventivas que devem estar integradas no Projeto Educativo da Escola. Desta forma, já em criança se potencia um desenvolvimento saudável das apetências sociais.

Diversas investigações constataram que estas intervenções no âmbito escolar reduzem as atitudes de violência, incluindo o *bullying* e devem ser implementadas o mais precocemente possível, de forma a tornarem-se mais eficazes, ainda que pareçam ter maior sucesso entre o sexo masculino.^{6,17,25}

De facto, o Plano Nacional de Saúde Escolar reconhece o impacto do ambiente escolar nos comportamentos dos jovens, estabelecendo a prevenção da violência neste meio, onde se inclui a violência entre pares, como uma das áreas prioritárias da intervenção. Nestas medidas estão incluídas as equipas multiprofissionais de saúde pertencentes às Unidades de Cuidados de Saúde Primários que contam com um enfermeiro e um médico e que assumem um papel ativo na gestão dos determinantes da saúde da comunidade educativa, contribuindo para a obtenção de ganhos em saúde, a médio e longo prazo.^{6,30}

Falando então de uma forma mais lata, prevenir a violência escolar entre pares implica promover, proteger e manter estilos de vida que não tolerem comportamentos agressivos.¹⁷

Os professores e restante comunidade escolar devem estar consciencializados e preparados para agir perante uma atitude de violência entre alunos. Estes devem estar atentos e intervir no sentido de fazer parar o comportamento intimidatório; tornar claro ao agressor que o seu comportamento é incorreto e não tolerável, responsabilizando-o pelos seus atos; explicar à vítima que não tem culpa pelo sucedido e incentivá-la a reportar estas atitudes; envolver a direção da escola e a família das vítimas e agressores, para que o caso tenha um desfecho apropriado, com acompanhamento adequado de todos os intervenientes.³

Como se pode constatar, este fenómeno está imbuído de uma grande complexidade, sendo que apenas os esforços isolados das escolas não são suficientes para o combater, tornando-se

indispensável a intervenção do governo e de autoridades responsáveis, quer a nível nacional, quer internacional.

Para este efeito, a OMS recomenda que se sigam uma série de etapas na elaboração de políticas nacionais e de escola:

- Desenhar, implementar e monitorizar um plano de ação de âmbito nacional para combater o *bullying* e a violência nas escolas;
- Promover a capacidade de recolha de dados sobre o *bullying* e a violência nas escolas;
- Definir prioridades e pesquisa de suporte sobre as causas, consequências, custos e prevenção do *bullying* e da violência nas escolas;
- Promoção da não violência;
- Formação de professores;
- Criar um Centro de Aconselhamento Anti-Bullying;
- Contribuir para uma Rede de Pesquisa Internacional;
- Promover legislação dirigida ao *bullying* e violência nas escolas;
- Constituir uma equipa alargada para desenhar o Programa de Intervenção.^{31,32}

Existem vários programas de prevenção de *bullying* que demonstraram ser eficazes no meio escolar. Todos os programas anti-*bullying* devem estar adaptados às características sociais, económicas e culturais de determinada população.

O *Second Step – A Violence Prevention Curriculum*, implementados nas escolas dos EUA e Canadá, levou a uma redução de comportamentos agressivos entre estudantes através da abordagem desta temática no plano curricular. *The Olweus Bullying Prevention Program* revelou extraordinários resultados e é considerado o mais bem documentado e efetivo na redução do *bullying*, na diminuição significativa de comportamentos antissociais e melhorias no ambiente social entre jovens, motivo pelo qual se encontra atualmente disseminado a nível mundial. É dirigido a crianças e jovens dos 6 aos 15 anos e atua a nível da escola, da turma e do próprio indivíduo. O *Steps to Respect – A Bullying Prevention Program*, foi desenvolvido em Seattle e é dirigido às camadas mais jovens (do 3º ao 6º anos de escolaridade) e baseia-se na envolvimento de toda a comunidade escolar, com formação direcionada para professores, funcionários escolares e pais e educação dos alunos para reconhecer, rejeitar e reportar casos de violência. O *The Beyond Bullying Program*, aplicado na comunidade australiana, assenta nos mesmos princípios que o programa anterior. O *SAVE – Sevilha Anti Violencia Escolar* – tem como objetivos principais confirmar se os modelos dos intervenientes neste tipo de comportamentos estão adequados à

realidade atual, aplicar questionários adaptados às circunstâncias culturais e planear e implementar programas interventivos.^{6,17,31}

Já no caso de Portugal, a intervenção que mostrou ter maior impacto na redução de comportamentos violentos em alunos consistia na formação dos professores de forma a sensibilizá-los para esta problemática, no equipamento dos recreios com materiais lúdicos e com maior supervisão. O sucesso desta intervenção é mais notório na contenção e prevenção do aparecimento de novos casos do que na redução dos comportamentos de *bullying* já instalados.⁶

Também merece referência, um estudo de 2006, implementado a alunos do 2º ciclo de uma escola em Lisboa. A coordenação do programa esteve a cargo da enfermeira da equipa de saúde escolar, que se articulou com a Direcção da Escola e contribuiu para a formação dos professores, dinamização das reuniões com pais e familiares dos estudantes e avaliação pré e pós programa. O planeamento do programa contou ainda com a colaboração dos médicos e psicóloga de saúde escolar e a implementação deste foi realizada no âmbito da disciplina de Formação Cívica. Verificou-se que, após a intervenção antibullying, houve uma redução dos comportamentos de agressão e de vitimização. Em relação à forma como as vítimas reagem verificou-se ainda que na fase pré programa, 41,7% das vítimas reagia agredindo também o agressor e 36,5% das vítimas não contavam a ninguém que foram agredidas. Na fase pós programa, constatou-se uma redução significativa do número de vítimas que reagem com agressão (23,3%) e das que não contam o sucedido (7,1%), assim como, um aumento significativo das que apresentam queixa a alguém adulto (professor ou funcionário da escola), com influência suficiente para repreender o agressor (55,1%). Adicionalmente, constatou-se uma redução significativa das vítimas, que quando agredidas na presença de terceiros não foram ajudadas e um aumento significativo do apoio prestado por professores e funcionários da escola.⁶

Por seu turno, em 2013, foi realizado um estudo para avaliação de um programa de intervenção numa escola de Moncorvo, em alunos do 1º e 2º ciclos. Numa primeira fase, foi feito o diagnóstico da situação referente à violência escolar entre pares. Numa segunda etapa, foram postas em prática as medidas interventivas, que consistiam em ações de formação para professores e auxiliares de ação educativa, ações de sensibilização para pais ou encarregados de educação e para os alunos do 1º e 2º ciclos. A terceira fase do estudo consistia na avaliação deste programa interventivo, nomeadamente do impacto na redução da agressividade e vitimização. Comparando os períodos de pré e pós-intervenção, registou-se um aumento no que se refere aos alunos não envolvidos em situações de bullying, um decréscimo das vítimas, de 18,8% para

17,4%, dos agressores, de 11,5% para 10,0% e dos alunos envolvidos como vítima e agressor, de 19,4% para 16,9%.³³

Um outro programa de intervenção foi desenvolvido em 2014, com estudantes do norte de Portugal, do 2º e 3º ciclo. Este programa contemplava três dimensões, a 1ª sendo a formação de pais ou encarregados de educação e assistentes operacionais; a 2ª passava por implementar medidas de otimização dos recreios e espaços com menor supervisão e melhoramento dos transportes escolares e; a 3ª consistia no desenvolvimento de competências sociais positivas nos estudantes, incidindo nas práticas diárias de convívio baseado no respeito, estratégias de comunicação eficazes, espírito de grupo e de cooperação, aumento da autoestima e respeito pela diferença. A investigação mostrou que, globalmente, a percentagem de estudantes que afirmou, em algum momento, já ter sido vítima de bullying nos últimos dois meses diminuiu de 14.6% na primeira avaliação para 10.7% na segunda avaliação. No entanto, verificou-se um aumento residual do número de estudantes que revelaram terem comportamentos de agressividade nos últimos dois meses nas dimensões social e sexual, facto que os autores justificam como consequente da maior sensibilização dos alunos para esta problemática decorrente das oficinas de formação e que, por isso, se encontram mais atentos e sensibilizados para o fenómeno e o reconhecem mais facilmente.³⁴

Ainda no nosso país, foram desenvolvidos programas de promoção do sucesso escolar - os programas TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária) e Mais Sucesso Escolar - com o objetivo de reduzir os níveis de insucesso e assim promover o gosto pela escola por parte dos mais jovens, favorecendo o respeito pelas regras e a adoção de comportamentos adequados.³²

Também a nível nacional, a política educativa adotou como medidas para combater este tipo de conflitos o programa Escola Segura, criado em 1996, a cargo dos ministérios da Educação e da Administração Interna e que consiste essencialmente na presença de força policial junto às escolas. Ademais, em 2005 criou-se o Observatório para a Segurança em Meio Escolar, cujo objetivo reside na análise e descrição deste fenómeno de violência escolar, no entanto, atualmente encontra-se inativo.³² (REF)

Adicionalmente e à semelhança do que ocorre noutros países, o Governo português criou a Proposta de Lei n.º 46/XI/2ª de forma a introduzir o crime de violência escolar, este como crime público, não necessitando de apresentação de queixa por parte dos titulares deste direito, para ser desencadeado o procedimento criminal. Esta Proposta de Lei foi elaborada com o intuito de responsabilizar estes comportamentos violentos para conseguir alcançar um ambiente de segurança nas escolas portuguesas. Porém, a necessidade de criação deste crime não é

consensual, seja porque as condutas de *bullying* são subsumíveis a outros tipos de crime, ou seja, estes comportamentos já seriam punidos através dos crimes contra pessoas (integridade física, liberdade pessoal e sexual, honra), seja porque outros consideram que esta problemática deve ser tratada exclusivamente pela comunidade educativa.³⁵

Atualmente vigora em Portugal a Lei n.º 39/2010 de 2 de setembro do Estatuto do Aluno, que obriga todos os funcionários da comunidade escolar a denunciar as manifestações de *bullying* de que tenham conhecimento. Para além disso, podem ainda contar com o apoio e a cooperação de entidades competentes, como o Gabinete Coordenador da Segurança Escolar do Ministério da Educação; Escola Segura, do Ministério da Administração Interna; PSP; GNR; CPCJ; representantes do Ministério Público junto do Tribunal de Família e Menores.

Por sua vez, as situações de que resulte perigo para a segurança, saúde ou educação do aluno e que sejam passíveis de constituir crime estão sujeitas a medida corretiva ou medida disciplinar sancionatória e devem ser comunicadas ao Ministério Público junto do Tribunal competente em matéria de família e menores ou às entidades policiais e à CPCJ, conforme o aluno tenha à data da prática do ato entre 12 e 16 anos, sujeito à aplicação da Lei Tutelar Educativa, ou menos de 12 anos, sujeito à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.³²

Simplificando, o *bullying* não é hoje em dia considerado crime público, necessitando que seja a vítima a apresentar queixa-crime. No caso da violência escolar entre pares, estes atos danosos são maioritariamente cometidos entre menores, deste modo, se a vítima tiver menos de 16 anos de idade, a queixa-crime terá que ser apresentada pelos seus representantes legais, que são normalmente os pais da mesma. A denúncia ou apresentação de queixa-crime pode ser efetuada junto do Tribunal, no Ministério Público; através do portal “Queixa Eletrónica” do Ministério da Administração Interna; nas autoridades policiais (PSP, GNR, PJ); ou no INMLCF, I.P., seja nas suas delegações ou gabinetes médico-legais e forenses. De seguida, inicia-se uma investigação que poderá culminar na acusação do crime e este levado a julgamento ou no arquivamento do caso, caso não existam provas suficientes. Ou seja, sempre que os comportamentos violentos entre estudantes possam constituir um crime é direito do lesado apresentar queixa.^{36,37}

III. Conclusão

A violência escolar entre pares é uma modalidade do comportamento violento que está a suscitar uma crescente atenção da comunidade escolar e mesmo da população em geral.

Os adolescentes estão no seu caminho para a idade adulta e muito do desenvolvimento da sua personalidade e apetências sociais ocorre nesta fase, influenciado pelo ambiente em que estão inseridos. Quando expostos a atitudes de violência, aumenta a probabilidade de que estas se repercutam negativamente na sua saúde. Por exemplo, as vítimas tendem a transformar-se em adultos inseguros, com baixa autoestima e propensão para desenvolver quadros depressivos, podendo culminar em suicídio ou tornarem-se elas próprias pessoas violentas, entre outras consequências. Os agressores acabam por demonstrar falta de respeito pelas normas de convivência social, com maior inclinação para desenvolver comportamentos delinquentes, envolvendo-se em problemas de conduta, alcoolismo, abuso de substâncias ilícitas e comportamentos criminosos.

Esta forma de violência passa, na maior parte das vezes, despercebida aos olhos dos pais, professores e sociedade em geral. Muitas vezes, a situação só é identificada quando os efeitos desta pressão se manifestam sob a forma de fobia à escola, insucesso escolar, depressão ou doenças psicossomáticas.

O maior conhecimento sobre as dinâmicas dos comportamentos de *bullying* auxilia a comunidade educativa a não negar a existência deste problema e a estabelecer regras de não tolerância de comportamentos violentos e desenvolvimento de programas de prevenção. Para além disto, permite ainda, no seio familiar, sensibilizar os encarregados de educação para a importância de comportamentos afetuosos e de mútuo respeito e a rejeição de todas as formas de violência. O entendimento sobre a existência e a dinâmica da violência escolar entre pares incita nos jovens a consciência deste fenómeno e promove a criação de um ambiente físico seguro e agradável na escola. Assim, será possível diminuir os efeitos negativos deste comportamento.

Os estudos realizados concluem que as intervenções mais eficazes são as que focam a intervenção na comunidade educativa, adequando-se às características e necessidades específicas de cada estabelecimento de ensino. A existência de políticas de escola contra a violência tem provado ser muito importante para o sucesso das intervenções.

Convém realçar que não é apenas a escola que deve ter um papel ativo na deteção e prevenção de comportamentos violentos, sendo que os pais e profissionais de saúde também devem estar atentos a esta problemática. O profissional de saúde não deve ser alheio a este tema, constituindo uma importante vertente no reconhecimento de casos de violência escolar entre

pares e devem estar atentos à apresentação de jovens com os sintomas e sinais suspeitos, mantendo sempre em mente que estes possam ser alvo de agressões na escola. Para além disto, deve auxiliar as famílias no controlo da situação, alertando-as para as consequências que a violência escolar tem na saúde e na qualidade de vida dos jovens e orientá-las na intervenção e podem ainda incentivar e colaborar com as escolas na implementação de programas de prevenção e redução da violência.

Destaca-se ainda a proposta de autonomização do crime de violência escolar. Ainda que esta não reúna consenso, a aprovação da mesma poderia trazer vantagens na redução deste tipo de comportamentos, pois daria relevo ao fenómeno de violência escolar e aumentaria a responsabilização por estes atos, aliado ao facto de que se o *bullying* se tornasse um crime de natureza pública a denúncia não teria que partir apenas das vítimas, que na maior parte das vezes não conseguem relatar o sucedido e assim aumentar o número de casos que é conhecido e punido, consciencializando, desta forma, a população, incluindo os mais jovens, que este tipo de comportamentos é errado e não tolerável.

Ressalva-se, também, a importância da uniformização de conceitos, quer a nível nacional, quer internacional, nomeadamente a definição de *bullying* e que comportamentos e atitudes e as suas características estão de facto integrados nesta modalidade de violência, para que se unam esforços de forma a conseguir uma melhor e mais precoce identificação de casos e para que se criem estratégias preventivas mais eficazes.

Para terminar e, relativamente às estratégias interventivas, teria todo o interesse a realização de estudos que cruzassem os resultados das várias avaliações realizadas nas diversas escolas nacionais, de forma a reunir os pontos positivos e criar um programa que possa ser implementado e adaptado a qualquer comunidade educativa.

Referências bibliográficas

1. Magalhães T. Violência e abuso: respostas simples para questões complexas. 1ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; 2010.
2. Butchart A, Mikton C. Global status report on violence prevention, 2014. Geneva, Switzerland: World Health Organization; 2014.
3. Magalhães T. Violência Escolar - prevenir, detectar e intervir. EAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal. Porto: 2010.
4. Carvalhosa S, Moleiro C, Sales C. A situação do bullying nas escolas portuguesas. *Interacções* 2009;5(13):125–46.
5. Iossi Silva M, Pereira B, Mendonça D, Nunes B, Oliveira W. The Involvement of Girls and Boys with Bullying: An Analysis of Gender Differences. *International Journal of Environmental Research and Public Health* 2013;10(12):6820–31.
6. Mendes CS. Prevenção da violência escolar: avaliação de um programa de intervenção. *Revista da Escola de Enfermagem da USP* 2011;45(3):581–8.
7. Sousa S, Correia T, Ramos E, Fraga S, Barros H. Violence in adolescents: social and behavioural factors. *Gaceta Sanitaria* 2010;24(1):47–52.
8. Chester KL, Callaghan M, Cosma A, et al. Cross-national time trends in bullying victimization in 33 countries among children aged 11, 13 and 15 from 2002 to 2010. *The European Journal of Public Health* 2015;25(suppl 2):61–4.
9. Barros P, Carvalho J, Pereira B. Um estudo sobre o bullying no contexto escolar. IX Congresso Nacional De Educação – EDUCERE, Brasil: 2009.
10. Carvalhosa S, Lima L, Gaspar de Matos M. Bullying – A provocação/vitimação entre pares no contexto escolar português. *Análise Psicológica* 2012;20(4).
11. Matos M, Carvalhosa S. Violência na Escola: vítimas, provocadores e outros. *FMH* 2001;2(1).
12. Matos M, Simões C, Camacho I, Reis M. A saúde dos adolescentes portugueses em tempos de recessão. Relatório do estudo HBSC 2014. Lisboa: 2015.
13. Pereira B, Lourenço L, Vieira M, Senra L, Gomes D, Stephan F. Fenômenos sociais, familiares e psicopatológicos associados ao bullying escolar. II Seminário Internacional “Contributos da Psicologia em Contextos Educativos”. Braga, Instituto de Educação U 2012; 334-346.
14. Stelko-Pereira A, Williams L. Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. *Temas em Psicologia* 2010;18(1):45–55.
15. Olweus D. Bully/victim problems in school: Facts and intervention. *European Journal of Psychology of Education* 1997;12(4):495–510.

16. Rivera J. El maltrato psicológico. 3ª ed. S.L.U. Espasa Libros; 2005.
17. Carvalhosa S. Prevenção da Violência e do Bullying em Contexto Escolar. 1ª ed. Climepsi Editores; 2010.
18. Carvalhosa S. Prevention of bullying in schools: an ecological model. *International Journal of Developmental and Educational Psychology* 2009;4(1):129–34.
19. Nansel TR, Overpeck M, Pilla RS, Ruan W, Simons-Morton B, Scheidt P. Bullying behaviors among us youth: Prevalence and association with psychosocial adjustment. *JAMA* 2001;285(16):2094–100.
20. The HBSC Violence & Injuries Prevention Focus Group, The HBSC Bullying Writing Group, Craig W, et al. A cross-national profile of bullying and victimization among adolescents in 40 countries. *International Journal of Public Health* 2009;54(S2):216–24.
21. Gonçalves S, Matos M. Bullying in schools: Predictors and profiles. Results of the Portuguese Health Behaviour in School-Aged Children Survey. *International Journal on Violence and School* 2007;4:91–108.
22. Currie C, Aleman-Diaz AY. Building knowledge on adolescent health: reflections on the contribution of the Health Behaviour in School-aged Children (HBSC) study. *The European Journal of Public Health* 2015;25(suppl 2):4–6.
23. Tomé G, Matos M, Simões C, Diniz JA, Camacho I. How Can Peer Group Influence the Behavior of Adolescents: Explanatory Model. *Global Journal of Health Science* 2012;4(2).
24. Carvalhosa S. O bullying nas escolas portuguesas. Conferência “Bullying, Violência e Agressividade em Contexto Escola”. Universidade de Bergen, Noruega: 2007.
25. Matos M, Simões C, Gaspar T. Violência entre pares no contexto escolar em Portugal, nos últimos 10 anos. *Interacções* 2009;5(13):96–124.
26. Sebastião J, Alves M, Campos J, Caeiro T. Violência e agressividade juvenil – podemos falar de escolas violentas? Lisboa: 2008. p. 138.
27. Zegarra S, Barrón R, Marqués C, Berlanga J, Pallás C. Diferencias conductuales según género en convivencia escolar. *Psicothema* 2009;21(3):453–8.
28. Lopez R, Amaral A, Ferreira J, Barroso T. Fatores implicados no fenómeno de bullying em contexto escolar: revisão integrada da literatura. *Revista de Enfermagem Referência* 2011;III Série(nº 5):153–62.
29. Åslund C, Starrin B, Leppert J, Nilsson KW. Social status and shaming experiences related to adolescent overt aggression at school. *Aggressive Behavior* 2009;35(1):1–13.
30. DGS. Programa Nacional de Saúde Escolar. 2014;:85.
31. Velez M. Indisciplina e violência na escola : factores de risco : um estudo com alunos do 8º e 10º anos de escolaridade. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. 2010.

32. Grácio J. Bullying (novo?) crime de violência escolar. Universidade Católica Portuguesa. 2011
33. Pereira B, Neto W, Zequinão M, Silva I. Prevenção do Bullying no Contexto Escolar: Implementação e Avaliação de um Programa de Intervenção. Livro de Atas do XI Seminário Internacional de Educação Física, Lazer e Saúde (SIEFLAS) Escola Superior de Educação 2015;:535–44.
34. Macedo E, Martins F, Cainé J, Macedo J, Novais R. Bullying escolar e avaliação de um programa de intervenção. Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental 2014;Ed. Esp. 1:15–20.
35. Castro A. “School bullying” – A (des)necessidade da criminalização da violência escolar. Jornal Penal. 2011 [citado a 21 de maio de 2016]; Disponível em: <https://jornalpenal.wordpress.com/2011/02/01/school-bullying-%E2%80%93-a-desnecessidade-da-criminalizacao-da-violencia-escolar>
36. Bullying - Devo denunciar?. APAV para Jovens. [citado a 21 de maio de 2016]; Disponível em: <http://www.apavparajovens.pt/pt/go/devo-denunciar2>
37. Qualquer pessoa pode ser vítima de crime. ABC justiça. [citado a 21 de maio de 2016]; Disponível em: http://abcjustica.pt/pt/04_processo/ps/04_001.html#2